

Vanessa Fitzgibbon
Brigham Young University
BRASA IX – New Orleans

**Dos limites da ficção: A “des-naturalização” em *Até quando?*
de Belisário Franca e Bebeto Mendes**

Como parte daquilo que considero o “quadrilátero de longas”¹ das favelas promovido pela Escola Popular de Comunicação Crítica (Espocc) e que reúne artistas das comunidades da Maré, Cidade de Deus, Vidigal e Vigário Geral, *Até Quando?* teve sua estréia no dia 23 de agosto de 2005 em São Paulo, em um evento patrocinado pelo UNICEF, Consulta Nacional sobre a Violência Contra a Criança e o Adolescente no Parlamento Latino-Americano, e exibido na mesma noite no Canal Futura. Com uma produção do Observatório das Favelas, UNICEF, TVE Brasil, Canal Futura e Giros Produções, a direção é de Belisário Franca (diretor do aclamado documentário *Estratégia Xavante*, 2007) e Bebeto Mendes, com o argumento organizado pelo Coordenador geral do Observatório das Favelas, Jaílson de Souza, e Helena Oliveira, da UNICEF. A idéia central do documentário é denunciar a banalização da morte e da violência urbana no Rio de Janeiro e em parte no Recife, utilizando para isso o depoimento de cientistas e pesquisadores de múltiplas entidades, inclusive da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

A reação de muitos frente a mais uma “voz” vinda das favelas confirma a previsão de críticos quanto à abertura que se firmou nos últimos anos, principalmente após *Cidade de Deus* e que culminou no último ano com *Tropa de Elite*. Como Sérgio Bloch afirmou em artigo de Mauro Trindade e Thais Gurgel sobre o boom dos documentários brasileiros, “A linha entre a realidade e a ficção [tem estado] cada vez mais tênue”(24), surgindo um mercado ansioso por

¹ Refiro-me às quatro principais produções de longa metragem dos últimos anos: *Favela Rising*, de 2005 do grupo AfroReggae, *Polícia mineira*, também de 2005 do grupo AfroReggae, e *Falcão, meninos do tráfico*, de 2006 da CUFA.

novos talentos e por novas vozes que possam reproduzir todos os setores da sociedade brasileira contemporânea. A este mesmo respeito, Walter Salles afirmou no artigo de Ana Maria Bahiana, “Os hot docs e a pipoca”, que “O conflito social sofreu tal aceleração que a ficção não está conseguindo registrar o que acontece nas ruas” (27), abrindo espaço cada vez maior para o “fato”, para a “realidade”, podendo ela até mesmo ser maquiada pela ficção. Foi por meio desta abertura que surgiram nos últimos anos as vozes do morro que procuram, não só retratar o reverso do cartão postal carioca e de outras capitais brasileiras, mas também incluir o discurso marginal no combate contra a violência urbana. Como Sílvia Ramos comenta “Uma das novidades da década de 90 é que a favela passa consistentemente a falar por si. Sem interpretadores.” (Boletim 1) e no caso de *Até quando?* o que se vê é a favela falando de si para si mesma.

Com uma produção e distribuição quase que artesanal, o vídeo traz uma legenda em inglês, indicando a intenção de se atingir um público não só fora da favela, mas internacional, e a confluência de texto, fotografia, vídeo, trilha sonora, sem grandes inovações, basicamente seguindo o modelo tradicional do cinema engajado, sem qualquer intenção sensacionalista ou comercial. O que vemos é um documentário que cumpre a proposta destes centros de educação popular que, com recursos e equipamento limitados, somados a um marketing pouco agressivo, busca promover a educação da mídia de fora da favela, assim como a educação e conscientização da própria comunidade retratada. Por todos estes motivos, mas principalmente pela falta de comercialização em massa do produto, o documentário acabou limitado a exibições comunitárias e em canais da televisão a cabo.

Em uma primeira análise vemos que a obra reflete a preocupação de se desconstruir o problema da violência a partir do próprio título e do questionamento que sugere. Então a

primeira questão que temos é a quem a pergunta-título se refere: Ao *nós* (de dentro da favela) ou ao *outro* que se considera distante do problema social destas comunidades? Pouco a pouco o vídeo passa a construir, além da mensagem e da informação em si, o destinatário imaginário o qual estaria à frente da câmera demonstrando que, na questão da violência de que todos somos vítimas, não existe nem o *nós* nem o *outro*: somos todos personagens, de uma forma ou outra cúmplices ou testemunhas daquilo que está para ser apresentado. O que se revela são algumas das estatísticas mais significativas da violência urbana e que, se não são novidade, pelo menos apontam para dicotomias muito mais complexas do que as tradicionais fórmulas *nós vs. outro*, *rico vs. pobre*, *branco vs. negro*, *bom vs. mau*, de que geralmente vêm carregados os dramas considerados marginais e que nos fazem lembrar do “retrato em branco e preto” de Lilia Moritz Schwarcz.

O primeiro contraste que nos é dado a conhecer é o do *nós vs. nós mesmos*, por meio da apresentação de seus principais agentes. Logo na abertura do documentário, vemos a posição “natural” de alguns dos atores (homens, mulheres, crianças, rapazes) que poderão ser tanto o indivíduo em sua atitude pessoal como a sociedade como um todo: de costas para a câmera. Com uma trilha sonora inquietante, a alienação dos personagens se torna clara diante de uma postura de desprezo à câmera e à oportunidade que ela possa representar de revelar suas identidades e transformá-los em cidadãos “visíveis”. Além disso, se a princípio pensamos em se tratar de mais um documentário sobre a banalidade da violência, a atitude dos personagens sugere a virada da percepção do suposto espectador: não se trata de educar o *outro* senão ele mesmo e assim encarar de frente aquilo que está por vir sobre a sua realidade.

Podemos observar a partir de então que o trabalho de Belisário Franca e Bebeto Mendes reivindica aquilo que Santiago Álvarez definiu em 1968 em “Arte y compromiso” e a questão do

documentarista na América Latina, uma vez que na época, mesmo no caso do Brasil, supostamente não possuíamos uma grande intelectualidade nem um nível intermediário que se comunicasse com eficácia com o povo. Hoje esta realidade é outra e o próprio povo tem a chance de expressar suas questões. Todavia ainda é válido o desafio de Álvarez em ter-se como meta Chaplin “[...] porque su obra llena de ingenio y audacia conmovió tanto al analfabeto como al más culto, al proletario como al campesino” (460). A construção em torno desta ideologia revela a tentativa de fidelidade dos diretores de *Até quando?* a três elementos considerados básicos no documentário social, ou seja, a coexistência do social, do poético (aqui com menor ênfase) e do técnico. Neste contexto, identificamos a incorporação de um comentário de Alberto Cavalcanti de 1948 em seu ensaio “Anotaciones para los jóvenes documentalistas”, que podem ser aplicadas a este caso em específico: “No confie en el comentario para contar su historia; las imágenes y la banda sonora deben hacerlo; el comentario molesta y el comentario gracioso, más aún” (449).

Ao aceitar este desafio de não banalizar a própria obra, *Até quando?* procura “des-naturalizar” a violência urbana brasileira em apenas 52 minutos, divididos em diversos segmentos em que se alternam grupos distintos e por vezes antagônicos:

- Pesquisadores, professores, ONGs e autoridades
- Famílias de vítimas como crianças e trabalhadores não envolvidos no tráfico
- Exceções e sobreviventes da violência
- Familiares de policiais mortos em conflitos com traficantes
- Traficantes e futuros traficantes

Ao contrário de *Favela Rising* e *Falcão, meninos do tráfico* que atingiram uma audiência significativa, *Até quando?* teve sua exibição basicamente realizada em mostras gratuitas em comunidades pelo país. Como parte de um projeto muito mais amplo de conscientização das

populações marginalizadas, o documentário foi exibido procurando promover a discussão e oportunidade para os moradores destas regiões para que pudessem se expressar e “perder o medo” de falar de seus próprios problemas. Um exemplo disto foi a Mostra Filma Favelas na comunidade da Maré, que recebeu a visita de cerca de 150 pessoas de várias partes da cidade, mas pouquíssimos moradores do próprio local. Sobre o evento, o professor de História Fernando Pinheiro comentou: “Como os moradores podem refletir sobre suas vidas, que são mostradas nos filmes, se não participam de eventos como estes?” (Boletim 3) E como este, muitos outros comentários semelhantes foram feitos quanto à recepção deste e de outros filmes e documentários da mesma linha que se dedicam à abertura do diálogo, tanto por parte das autoridades, como por parte dos próprios moradores. Novamente, isto remonta a mais um aspecto essencial do documentário social, no já citado “Arte y compromiso” de Santiago Álvares: “Porque armas de combate para nosotros lo son tanto la crítica *dentro de la Revolución como la crítica al enemigo*, ya que ellas en definitiva representan ser tan sólo variedades de armas de combate. No se puede por tanto unilateralizar el arma de combate” (460 – itálicos nossos). E será o cumprimento desta crítica, ou deste retrato multifacetado de uma revolução social e pessoal, que faz a mensagem de *Até quando?* um documentário objetivo, cativante e atraente, mesmo que com suas limitações técnicas e artísticas.

Entre os muitos argumentos estabelecidos, logo no início vemos que o Rio que volta à tela traz os mesmos chavões estabelecidos pelo cinema social brasileiro das últimas duas décadas: o morro, o traficante, o choque entre facções e a violência armada. Em muitos momentos, a sensação que transparece ao espectador é semelhante à célebre declaração de Médici durante a ditadura: “O país vai muito bem, mas o povo, vai muito mal”. Porém, pouco a

pouco a atenção do espectador é deslocada a uma realidade muito mais precisa, a qual o coloca em alerta logo com os primeiros dados:

- Palestinos e israelenses => 467 adolescentes mortos por arma de fogo de dezembro de 1987 a novembro de 2001
- Rio de Janeiro, mesmo período => 3937 adolescentes mortos

Sílvia Ramos, da Unicef, nos esclarece que existe uma diferença entre Guerra e “guerra” e que, embora o Brasil não esteja em Guerra, nossos números são piores do que os de países que estão em conflito armado, incluindo Angola e Afeganistão. Enquanto que a primeira é uma guerra dissimulada, a nossa é localizada por áreas geográficas, por região, por cidades, por idade e por cor. A esta declaração, Jaílson de Souza, Coordenador do Observatório das Favelas, acrescenta o conceito de que hoje aceitamos o fato de que uma forma “natural” de enfrentarmos a crise social, “é pelo extermínio físico de adolescentes e jovens específicos: pretos, pardos, moradores da periferia, moradores da favela”. Então a pergunta que paira no ar é de como “des-naturalizar” este conceito? *Até quando* esperar, sofrer, ignorar, suportar, chorar, *Até quando* se calar em vez de se fazer ouvir, consentir em vez de exigir, cooptar em vez de pressionar, e assim por diante? O espectador se conscientiza pouco a pouco de que não existe “um” *Até quando?* definitivo, mas infinitas formas de se questionar esta “naturalização” que mantém os traços de uma antiga cordialidade brasileira.

Com outros dados alarmantes como o dos últimos 20 anos, em que no Brasil ocorreram 660 mil mortes (cerca de 30 mil por mês), reforçando a idéia da expectativa (ou naturalidade) da morte para esta faixa da população (favelados, negros, pardos), o depoimento de Helena da Silva, Oficial de Projetos da UNICEF, nos alerta para o fato de que, ao permitirmos a continuidade desta violência, na verdade estamos consentindo com uma forma de genocídio.

Neste momento passam a ecoar as palavras de Euclides da Cunha de que o sertanejo, hoje o morador da periferia, “é antes de tudo um forte”, mas que ainda não consegue escapar de seu destino e estigma. Da mesma forma vemos a fixação e repetição do simbolismo e lirismo revelados em 1955 por João Cabral de Melo Neto em sua alegoria à “morte e vida severina”, “que é a morte de que se morre / de velhice antes dos trinta, / de emboscada antes dos vinte / de fome um pouco por dia”. A esta última idéia somam-se as imagens do massacre de Nova Iguaçu, de 31 de março de 2005, em que 30 pessoas foram mortas. Alternando os dados da tragédia com imagens do cemitério e a música de rezadeiras, torna-se nítida a intenção de Franca e Mendes em retratar o fato de que hoje, o “retirante às avessas”, continua a seguir o seu próprio enterro.

Na linha de testemunhos dos moradores das comunidades, familiares de vítimas e de sobreviventes desta violência, não há nada de novo acrescentado: é o preconceito do endereço, de ser taxado como favelado, do olhar preconceituoso ao mesmo tempo que real e até certo ponto justificado e, o medo da própria casa. A música das rezadeiras é substituída pelo ritmo local (invariavelmente o rap), reproduzindo a tensão encontrada nas imagens. A idéia da banalização da violência surge novamente em dois testemunhos, o primeiro de Helena Vicente, funcionária pública, declarando que “antigamente a violência não chegava ao morador comum da favela – coexistia mas se mantinha em um espaço privado. Hoje o morador convive com ela e acha normal [...] antigamente crianças não sabiam a diferença entre um tiro e um rojão, mas hoje sabem até mesmo o calibre das armas”. E a questão que se impõe ao espectador é: necessidade de sobrevivência ou simples banalização? Posteriormente, um outro comentário de uma outra testemunha, também sobre crianças, completa o pensamento: “Isso aqui é como Sodoma e Gomorra, são como o joio e o trigo e é só deixar crescer junto para ver quem é bom e quem é

mau e depois separar.” Esta consciência e discernimento por parte dos moradores revela uma atitude até certo ponto de condescendência diante da naturalização e identificação do problema.

O outro lado da moeda virá por meio do testemunho de Uniratan de Oliveira, Tenente Coronel da Polícia Militar do RJ, que nos revela (parcialmente) a ótica do governo: segundo ele, não faz parte da cultura policial matar mulheres e crianças e os próprios policiais se revoltaram diante de cenas como a do massacre de Nova Iguaçu. Mas ao mesmo tempo, confessa que aqueles que entram para a carreira de policial querem entrar para a polícia para trabalhar no BOPE, a Tropa de Elite, com certo idealismo de que estão ali para terminar com a criminalidade e com a vagabundagem. Ao mesmo tempo, ninguém quer entrar na polícia para ajudar o próximo (e ele comenta, com certo bom humor, que ninguém quer ser o Guarda Belo, do *Manda Chuva*, antigo desenho animado). Este testemunho acaba sendo endossado pela imagem da formatura de novos membros da força policial carioca e também pelo depoimento da família de um policial morto em ação, criando uma certa apologia ao “bom” policial (e que aqui se enfatiza a idéia de que o bom policial é o policial morto), argumento este que em momento algum chega a ser convincente. Por quê? Pelos simples dados que se seguem, alternam e somam aos depoimentos. E serão estes dados que forçarão o espectador/personagem/testemunha/cúmplice a reconstruir a “des-naturalização” da situação, como por exemplo, o parecer de Roger Ancilloti, Diretor Instituto Médico Legal (IML) do Rio de Janeiro, que comenta o fato de que os homicídios que ocorrem no Brasil, em especial na capital carioca, têm as mesmas características dos homicídios de uma guerra, ou seja, ferimentos provocados por fuzis, e que sugerem o envolvimento policial uma vez que tal armamento não deveria estar nas mãos de civis.

Os dados mais marcantes e que apontam para a culpabilidade das ações policiais, são fornecidos pelo Prof. da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Inácio Cano. Seriam estas as principais características dos crimes cometidos por policiais:

- Execuções sumárias
- Maioria das vítimas com disparos pelas costas
- 60% das vítimas com pelo menos um disparo na cabeça
- 40 casos de disparos a queima-roupa
- Além destes, os seguintes dados indicam a escalada dos autos de resistência (civis mortos pela polícia)
 - 1998 = 355
 - 1999 = 289
 - 2000 = 441
 - 2001 = 592
 - 2002 = 900
 - 2003 = 1195 (representando a quadruplicação do número em 5 anos)

Para o Prof. Cano, cujos depoimentos são sem dúvida alguma os mais convincentes e objetivos de todo o documentário, a naturalização desta violência é uma coisa simples porque, se temos as características de uma guerra, então é natural termos baixas. Ele ainda aponta para o fato de que o paradigma da guerra contra o crime são as favelas: existe um setor da sociedade que apóia esta guerra, desde que aconteça nas favelas. Mais ainda, esclarece que a Segurança Pública no Brasil não foi feita para *evitar* a violência mas sim para *isolá-la* a áreas em que ela é socialmente tolerável, ou seja, nas favelas, onde o policial não é mais intermediador entre o marginal e a sociedade, mas é parte de um outro grupo igualmente marginal e gerador de

violência. Além disso o policial é treinado para matar e não neutralizar o criminoso. O motivo do problema? O próprio Prof. Cano fornece a resposta: falta de treinamento, falta de equipamento NÃO letal, demanda de um setor da sociedade que apóia esta violência, e impunidade nos casos de execução sumária.

A força do documentário como um todo passa a ser justamente esta desconstrução da banalização, ou naturalização, da violência a partir da verificação de dados fornecidos por bases sólidas e identificadas pelo espectador, as quais incluem a própria contradição de moradores e policiais, pivôs deste processo como um todo. Além dos depoimentos de dois sobreviventes que hoje são exceção (Garnizé, músico no Recife e Bira, fotógrafo do Observatório das Favelas), as cenas que mais intrigam e comovem referem-se à ironia da violência em que, os criminosos que entraram para o tráfico para adquirir uma identidade, acabam com seus rostos cobertos e identificados apenas por iniciais depois de sua morte:

- c.f. (16 anos)
- n (19 anos)
- v (17 anos)
- a.d. (15 anos)
- w. (16 anos)
- r. (15 anos)

Como os muitos “Severinos, que são iguais em tudo na vida”, o documentário nos lembra de que a nova geração de criminosos não consegue se aposentar – aos 20 anos se torna cliente do Instituto Médico Legal. A “des-naturalização” se completa com a ironia de que, nos últimos anos, o número de mortalidade infantil no Brasil tem abaixado, enquanto que o número de adolescentes que morrem por mortes não-naturais cresce assustadoramente. A cena final fecha o

círculo iniciado na abertura e atores/personagens/testemunhas/cúmplices se deparam frente à frente com a câmera. Nada mais é dito pois a soma das imagens, informações e montagem deixam clara a mensagem: enquanto que a opinião pública tende a ser dividida colocando de um lado a sociedade civil como cúmplice que sozinha necessita de conscientização, outros crêem que a responsabilidade está isoladamente na mão do estado. Todavia, será somente com o esforço e acareação do estado, com a sociedade, e também com a participação de Organizações Não-Governamentais e entidades religiosas (como aconteceu no caso da mortalidade infantil), que a “des-naturalização” da morte e da violência dos adolescentes brasileiros marginalizados poderá acontecer.

Obras citadas

Álvarez, Santiago. “Arte y compromiso.” Trad. Paulo A. Paranaguá. In Paranaguá, P.A. 2003:449-51.

Bahiana, Ana Maria. “Os hots docs e a pipoca.” *Bravo!* 91. Abr. 2005: 24-28.

Cavalcanti, Alberto. “Anotaciones para los jóvenes documentalistas.” In Paranaguá, P.A. 2003:461-3.

Paranaguá, Paulo Antonio, ed. *Cine documental en América Latina*. Madrid: Cátedra, 2003.

Trindade, Mauro e Thais Gurgel. “O boom dos documentários.” *Bravo!* 91. Abr. 2005: 23-24.

Até quando? Dir. Belisário Franca e Bebeto Mendes. DVD. Giros. 2005.

Boletim Filma Favela. 12 de março de 2008 <www.observatoriodefavelas.org.br>